



ACÓRDÃO Nº1585/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12881/2021.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração.
- 3- **Embargante:** Lázaro de Souza Martins.
- 4- **Advogado:** Ayanne Fernandes Silva - OAB/AM 10351, Enia Jessica da Silva Garcia Cunha - OAB/AM 10416, Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177, Fabricia Taliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM 8446 e Adrimar Freitas de Siqueira Repolho - OAB/AM 8243.
- 5- **Procurador de Contas Oficiante do Processo:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida.
- 6- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Embargos de Declaração.

*Conhecimento. Não Provimento. Determinação.
Ciência. Arquivamento.*

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 7.1. **Conhecer** os Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Lázaro de Souza Martins**, por meio de seus procuradores, contra o Parecer Prévio e Acórdão nº 44/2023 – TCE – Tribunal Pleno, considerando que restou demonstrado o adimplemento de todos os requisitos de admissibilidade descritos nos arts. 145 e 148, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM;
- 7.2. **Negar Provimento** aos Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Lázaro de Souza Martins**, por meio de seus procuradores, contra o Parecer Prévio e Acórdão nº 44/2023 – TCE – Tribunal Pleno, conforme fundamentação do Voto;
- 7.3. **Determinar**, de ofício, a alteração do Parecer Prévio nº 44/2023 e do Acórdão nº 44/2023 – TCE – Tribunal Pleno, para adequá-los ao processamento indicado na Exposição de Motivos nº 2/2023/SECEX, aprovada pelo Tribunal Pleno, os quais passarão a ter a seguinte redação:

PARECER PRÉVIO

7.3.1. Emitir Parecer Prévio recomendando à câmara municipal de



ACÓRDÃO Nº1585/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Tabatinga a desaprovação das contas de governo do **Sr. Lázaro de Souza Martins** referente à prefeitura de Tonantins, exercício de 2020, nos termos do art. 1º, I, e do art. 58, “b”, ambos da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 11, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e aos arts. 40, I, e 127, caput e §§ 2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas, conforme exposto na fundamentação do voto;

ACÓRDÃO

7.3.2. Considerar revel o **Sr. Lázaro de Souza Martins**, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei Estadual nº 2.423/96, e do art. 88 da Resolução nº 4/2002 – TCE/AM, por não apresentar razões de defesa no prazo regimental, deixando de atender às notificações desta Corte de Contas;

7.3.3. Determinar o encaminhamento, após a publicação, do Parecer Prévio aprovado pelo plenário e de cópia integral do processo à câmara municipal de Tonantins, a fim de que exerça a competência prevista no art. 127 da Constituição do Estado do Amazonas no que tange a julgar as referidas contas de governo;

7.3.4. Determinar à Secex que adote as medidas necessárias para a autuação de processo de Fiscalização de Atos de Gestão – FAG com relação às irregularidades identificadas pelas unidades técnicas que se referem a atos de gestão, conforme disposto no subitem 35.4 da Exposição de Motivos nº 2/2023/SECEX aprovada pelo plenário em 25/4/2023;

7.3.5. Arquivar os autos, expirados os prazos legais;

7.4. **Dar ciência** deste voto e da decisão plenária superveniente ao **Sr. Lázaro de Souza Martins**, por meio de seus procuradores;

7.5. **Arquivar** os autos, expirados os prazos legais.

8- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 1 de Agosto de 2023

10- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara



ACÓRDÃO Nº1585/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral